

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RR000043/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 27/10/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR060389/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 13622.200805/2023-81
DATA DO PROTOCOLO: 26/10/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO PESADA DO ESTADO DE RORAIMA - SITICOP-RR, CNPJ n. 07.436.006/0001-55, neste ato representado por seu Presidente, Sr(a). FABIANO ANTONIO DA SILVA XAVIER;

E

SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO DE ESTRADAS, TERRAPLENAGEM E OBRAS DO ESTADO DE RORAIMA, CNPJ n. 84.007.434/0001-03, neste ato representado por seu Presidente, Sr(a). LUIZ COELHO DE BRITO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de setembro de 2023 a 31 de agosto de 2025 e a data-base da categoria em 01º

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **de trabalhadores nas indústrias da construção de estradas, pavimentação, obras de terraplenagem, obras de artes, montagens industriais, pontes, barragens, portos, aeroportos, canais, saneamento e engenharia consultiva, os quais integram o 3º grupo de construção, comércio exterior de obras e concessão, concessões de estradas, pontes, barragens, aeroportos e afins, bem como os trabalhadores nas empresas de construção e manutenção de rodovias**, com abrangência territorial em RR.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos integrantes categoria profissional com funções exercidas nas indústrias da Construção Pesada serão reajustados, a partir de 01 de setembro de 2023, e, em 2024, de acordo com a tabela anexa neste instrumento, ressalvados, porém os aumentos decorrentes de promoção, implemento de idade, equiparação, término de apuração de aumento real.

Parágrafo Primeiro: No critério de reajuste ora estipulado estão satisfeitos todos os índices de que trata a Lei, aumento real, bem como, eventuais perdas referentes à revalorização salarial ocorridas na vigência da Convenção Coletiva.

Parágrafo Segundo: Quando as empresas realizarem antecipações salariais aos trabalhadores abrangido por esta CCT, deverá comunicar tal fato ao sindicato laboral. Este esclarecer aos trabalhadores, que a referida antecipação será compensada por ocasião do reajuste salarial da categoria negociado na próxima data-base.

Parágrafo Terceiro: Nenhum trabalhador das empresas da Indústria da Construção Pesada poderá ser admitido, promovido ou permanecer no exercício de suas funções com os valores especificados nesta CCT.

Toda a mudança de cargo ou funções, que atenda aos critérios mínimos estabelecidos como promoção ou reclassificação será acompanhada de efetivo aumento salarial de 10% (dez por cento) no mês em que se efetivar a mudança e com a imediata anotação na CTPS; excetuados aos cargos de Motorista e Operadores de Máquina cujas regras próprias de reclassificação constam no instrumento coletivo.

Parágrafo Quarto: fica acordado que o processo de reclassificação de trabalhadores para função de nível superior à que exerce contratualmente somente será efetivada após o período probatório de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Quinto: Todo trabalhador submetido a período probatório tomará ciência mediante comunicado escrito onde constará a data inicial e final do período probatório, do cargo e valor do salário ao qual fará jus quando reclassificado.

Parágrafo Sexto: Durante o período probatório o trabalhador continuará percebendo o salário da sua função atual, não sendo devido nenhum outro valor por conta de cumprimento do período probatório.

Parágrafo Sétimo: Será garantido o retorno à função anterior a trabalhador que não for aprovado durante ou ao final do período probatório.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
13º SALÁRIO

CLÁUSULA QUARTA - 13º SALÁRIO

Nos casos em que o vencimento do prazo para o pagamento do adiantamento ou da segunda parcela do 13º salário ocorrer no dia em que não houver expediente bancário efetuado no dia útil imediatamente anterior.

Parágrafo Único – Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados, o não pagamento do 13º salário adiantamento ou segunda parcela até os prazos legais de 1-08-65, acrescido dos adicionais legais percebidos pelo trabalhador, acarretará multa conforme a Cláusula 32ª dessa CCT, que reverterá em benefício do trabalhador.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA QUINTA - DAS HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias serão remuneradas com os seguintes adicionais:

60% (sessenta por cento) em relação a hora normal quando trabalhadas de segunda a sábado;

100% (cem por cento) em relação a hora normal, quando trabalhadas nos domingos e feriados.

Parágrafo Primeiro: Fica pactuado que os trabalhadores podem executar até 04 (quatro) horas extras em cada jornada de trabalho, quando solicitados pelas empresas para necessidades operacionais.

Parágrafo Segundo: Banco de Horas

Fica acordado entre as partes que só será possível a existência de banco de horas entre a empresa e os trabalhadores após anuência do sindicato Patronal e realização de assembleia do sindicato laboral com os respectivos trabalhadores da empresa interessada.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

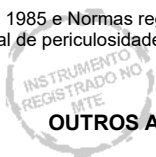
CLÁUSULA SEXTA - INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

O trabalhador que executa suas atividades em local insalubre, devidamente reconhecido como tal, faz jus ao pagamento do respectivo adicional nos termos do caput do art. 157 da CLT, respeitados os percentuais de acordo com os graus máximos, médio ou mínimo.

Parágrafo Primeiro: A definição dos percentuais e graus de insalubridade se fará mediante laudo técnico apropriado com a devida assinatura de responsabilidade técnica por um Engenheiro de Segurança do Trabalho.

Parágrafo Segundo: – Como forma de prevenção as empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho fornecerão leite gratuitamente para consumo no trabalho aos seus trabalhadores desde que expostos a agentes químicos.

Parágrafo Terceiro: - Conforme determine a Lei 7.369 de 20 de setembro de 1985 e Normas regulamentadoras que regem a matéria; os trabalhadores que exerçam suas atividades em locais com eletricidade energizadas, inflamáveis ou explosivos farão jus, a título do adicional de periculosidade, ao percentual de 30% (trinta por cento) calculados sobre o seu salário base, excluídos os valores referentes a prêmios, gratificações, e outras participações.



OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA

Aos trabalhadores contratados para prestação de serviços, quando transferido para outro município diferente daquele em seu contrato de trabalho e, cuja transferência seja efetuada por mais de 25 km, farão jus ao adicional de transferência no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) calculados sobre o seu salário básico, desde que a transferência seja em caráter permanente ou por mais de 90 dias.

Parágrafo Único: Os trabalhadores transferidos para outra localidade com a finalidade de prestação de serviços em temporário, por período de até dois meses, que exerça atividade concorrente com a atividade principal, não farão jus a percepção do referido adicional.

CLÁUSULA OITAVA - PLANO DE ASCENDÊNCIA PROFISSIONAL INTERNA

Fica estabelecido que os cargos de Motoristas ou Operadores de Máquinas serão classificados em três níveis com as alterações de salários respectivos e anotados em CT, conforme os critérios definidos nos parágrafos a seguir:

Parágrafo Primeiro: Os exercentes dos cargos listados no caput desta cláusula serão sempre admitidos e contratados no nível I.

Parágrafo Segundo: A reclassificação dos trabalhadores constantes no caput desta cláusula se fará pelos critérios de desempenho e tempo de serviço, iniciando-se quando completar um ano de serviços nas empresas participantes deste instrumento coletivo.

Parágrafo Terceiro: Após as devidas avaliações de desempenho, e completo o primeiro ano de serviços o empregado poderá ser classificado para Motorista Nível II ou Operador Nível II, ou permanecer no Nível I, aguardando mais um ano para nova avaliação.

Parágrafo Quarto: Após as devidas avaliações de desempenho, e completo o primeiro ano de serviços o empregado poderá ser classificado para Motorista Nível II ou Operador Nível III, ou permanecer no Nível II, aguardando mais um ano para nova avaliação.

Parágrafo Quinto: Os períodos referentes aos afastamentos das atividades superiores a 30 dias em decorrência de benefício previdenciário serão excluídos da contagem de efeitos da reclassificação de nível, neste caso haverá continuidade na contagem do tempo a partir do retorno às atividades laborais.

Parágrafo Sexto: Fica acordado entre as partes que o trabalhador que passar a exercer função distinta da qual foi contratado, executando-se os casos de período probatório, converterá para a nomenclatura oficial do cargo com o respectivo salário, tão logo o trabalhador complete seis meses de trabalho. Não sendo possível tal convenção, após o término do período de probatório, o trabalhador deverá ser desligado do quadro de trabalhadores das empresas.

Parágrafo Sétimo: Quando for adotada a nomenclatura MEIO OFICIAL para determinado cargo no ato da contratação do trabalhador, fica pactuado que esta designação não converterá para a nomenclatura oficial do cargo com o respectivo salário, tão logo o trabalhador complete seis meses de trabalho. Não sendo possível tal convenção, após o término do período de probatório, o trabalhador deverá ser desligado do quadro de trabalhadores das empresas.

Parágrafo Oitavo: – Fica vedado o nivelamento de demais categorias, e, se ocorrendo, a empresa deverá equiparar os salários para o salário mais alto, não existindo distinção.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA NONA - ALIMENTAÇÃO

A empresa fornecerá alimentação para seus trabalhadores que será servida, no local da prestação de serviço. Por tal fornecimento a empresa poderá efetuar cobrança de R\$ 0,50 (cinco centavos de real).

As empresas poderão fornecer como ajuda de custo para alimentação cujo o valor será mensurado de acordo com a atividade e local a ser desenvolvida, sendo no mínimo para café da Manhã, R\$18,00 (dezoito reais) para o almoço e R\$ 18,00 (dezoito reais) para jantar OU uma ajuda de custo no valor de R\$800,00 (oitocentos reais), onde a empresa fica isenta de pagar a cesta básica e os valores relativos a alimentação.

Parágrafo Primeiro: Para todos os efeitos gerais os benefícios acima não constituem salário e por tanto a ele não incorporará e nem repercutirá sobre qualquer verba com tal como: aviso prévio, horas extras, 13º salário, férias, contribuição previdenciária e funciária ou incorporar ao salário base, sendo devido exclusivamente durante o período da categoria atender as condições.

Parágrafo Segundo: O almoço e o jantar, quando for o caso, será servido aos trabalhadores de acordo com critérios por nutricionistas cuja composição e valor calórico seja suprir as necessidades do trabalhador em relação às suas funções laborais.

CLÁUSULA DÉCIMA - CESTA BÁSICA

As empresas fornecerão a título de cesta básica o valor de **R\$ 300,00** (trezentos reais) aos seus trabalhadores, onde fica estabelecido que esse benefício não faz parte das

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO TRANSPORTE

A empresa fornecerá vale transporte de ida e volta aos seus trabalhadores, sendo observado a distância do canteiro de obras ou frente de serviço. A verba referente ao vale paga em contracheque e, se exclui da natureza salarial para todos os fins.

Tendo em vista as dificuldades administrativas para aquisição e distribuição do vale transporte, decorrente das peculiaridade próprias da construção pesada, no que diz respeito às transferências dos trabalhadores para os diversos canteiros de obras da empresa e por força do próprio processo construtivo, acordam as Entidades Convenientes, com base no Parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 95.247/87, que, com a concordância expressa dos trabalhadores, poderão as empresas fazer a antecipação em espécie da parcela responsabilidade correspondente ao Vale Transporte, tal como definido pela legislação.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas concederão Auxílio Funeral, no caso de morte do seu trabalhador, em valor que seja capaz de auxiliar a família na compra de urna simples. Ficarão isentas do valor as empresas que mantiverem seguro de vida em grupo em cujo contrato contenham cláusula definindo valores para cobertura do funeral.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES E NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ANOTAÇÃO DA CTPS

Comprometem-se as empresas pactuantes desta convenção coletiva a efetivar seus processos de recrutamento de trabalhadores através do banco de empregos mantido pelo sindicato disporá da relação de inscritos e emitirá encaminhamento formal para as empresas em processo de recrutamento contendo a identificação do postulante e o nome qual se candidata.

A carteira de trabalho e previdência social – CTPS será obrigatoriamente apresentada e entregue mediante recibo pelo trabalhador às empresas, que disporão de no máximo a efetivação das anotações legais e a sua devolução ao trabalhador, nos termos do art. 29 da CLT.

Parágrafo Primeiro: Fica Pactuado que as empresas da categoria abrangida deverão contratar seus colaboradores com a CBO e nomenclatura conforme tabela anexa neste coletivo de trabalho.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GARANTIA NAS RESCISÕES

A quitação da rescisão do contrato de trabalho qualquer que seja a sua modalidade será efetuada nos seguintes prazos.

- Até o 10º (décimo) a partir da notificação da demissão, quando aviso prévio for indenizado, ou até o 10º (décimo) a partir da data término do contrato, quando o aviso não for trabalhado, excluindo os dias indenizados constantes na lei 12.506/2011.
- O saldo de salário do período trabalhado deverá ser pago por ocasião do pagamento geral aos demais trabalhadores, se a homologação da rescisão de contrato de trabalho ocorrer antes desse fato;
- Aos trabalhadores alojados, será garantida a sua permanência nos alojamentos até a quitação das verbas rescisórias e terão a sua alimentação garantida, sem ônus para a empresa;
- Após as 14 horas, o pagamento das verbas devidas nas rescisões de contrato de trabalho será efetuado em espécie ou depósito bancário em dinheiro na conta corrente sendo vedado o pagamento em cheque, para evitar que o trabalhador fique sem receber o valor a que tem direito no mesmo dia dado o horário de funcionamento dos bancos de deslocamento entre o local do pagamento e a agência bancária.
- No ato, e na mesma data da quitação das verbas rescisórias do trabalhador as empresas farão a entrega de toda a documentação relativa ao processo rescisório que o trabalhador sacar seus valores relativos ao FGTS e habitar-se ao seguro-desemprego, quando de direito. Igualmente entregará a CTPS com as atualizações e a devida baixa.

Parágrafo Único: A quitação das rescisões contratuais dos trabalhadores abrangidos por esta CCT será realizada na sede do SITICOP-RR e terá valor homologatório, para fins de contagem a partir de um ano de contrato na empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Fica assegurada estabilidade provisória de 30 (trinta) dias a toda a categoria profissional representada durante o período que antecede da data-base. Ocorrendo a rescisão no período dos 30 (trinta) dias que antecede à data-base, ou quando o prazo final do aviso prévio incluindo a repercussão estabelecida pela lei 12.506/2011 recair dentro dos 30 dias mensais conforme estabelecido no Art. 9º da Lei nº 7.238/84.

MÃO-DE-OBRA FEMININA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO DE MULHER

Durante os processos de recrutamento, seleção e contratação de trabalhadores as empresas participantes deste Acordo Coletivo não poderão exercer qualquer tipo de discriminação contra as trabalhadoras do sexo feminino, desde que estas preencham os requisitos do cargo para o exercício de suas respectivas funções.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO - PPP**

As empresas se obrigam a elaborar e entregar o PPP- Perfil Profissiográfico Previdenciário aos trabalhadores que exercem suas atividades sujeitos aos agentes nocivos à saúde, conforme previsto no Art. 148 da Instrução Normativa nº99 INSS/DC, de 5.12.2003.

Parágrafo Único: A entrega do PPP previsto no caput desta cláusula será efetivada na data de quitação das verbas rescisórias com os demais documentos.

**RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES
ASSÉDIO SEXUAL****CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSÉDIO MORAL/SEXUAL E COIBIÇÃO DE PRÁTICAS**

As empresas se comprometem a desenvolver campanhas de conscientização e orientação, a fim de prevenir e coibir atos e forma geral. Tais campanhas deverão tratar dos seguintes temas:

- a) Assédio moral;
- b) Assédio sexual;
- c) Outras formas de discriminação de sexo, raça, nacionalidade, religião ou ideologia.

**JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS
COMPENSAÇÃO DE JORNADA****CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMPENSAÇÃO DE HORAS NAS BAIXADAS REGULAMENTARES**

Aos trabalhadores contratados na sede das empresas quando deslocadas para prestar serviços em localidades distintas daquela anotada em seu contrato de trabalho, em empresas mantiver alojamentos, e nele tais trabalhadores residam, fica assegurada a baixada regulamentar a cada mês completo de serviços.

Parágrafo Primeiro: a época da "baixada" será aquela que atenda prioritariamente os interesses e conveniência das empresas.

Parágrafo Segundo: Os demais trabalhadores da referida obra que, inclusive, residam fora do alojamento também terão direito a igual período de baixada, nas mesmas condições, desde que enquadrem nas condições estabelecidas no caput desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: O período de baixada regulamentar que se refere está cláusula será composto de um sábado inteiro previamente definido e se estenderá até a segunda-feira, correspondendo a 12 (doze) horas de baixada por mês de trabalho. Devendo o trabalhador apresentar-se aos serviços no início do expediente da terça-feira.

Parágrafo Quarto: As (doze) horas baixadas referidas nestas cláusulas servirão para a compensação de igual quantidade de horas extras realizadas dentro do respectivo mês.

Parágrafo Quinto: As empresas deverão anotar folga regulamentar na folha ou no cartão de ponto para os dias destinados a baixada.

DESCANSO SEMANAL**CLÁUSULA VIGÉSIMA - FOLGAS**

As empresas abrangidas por esta CCT, que possuem atividades e serviços aos domingos concederão aos trabalhadores lotados nos setores com estas características, 1 (um) dia de folga por mês, a ser fixado nos quadros de avisos as respectivas escalas com nomes dos trabalhadores e os dias correspondentes às folgas semanais.

Parágrafo Único: Na eventualidade dos trabalhadores negociarem a folga pela permanência no trabalho naqueles dias destinados às mesmas, as empresas remunerarão com adicional de 100% (cem por cento) em relação ao valor da hora normal.

CONTROLE DA JORNADA**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTROLE DE JORNADA**

Fica pactuado que a jornada de trabalho mensal para os trabalhadores das empresas abrangidas por esta CCT será de 220 (duzentos e vinte) horas e 44 (quarenta e quatro) horas de descanso semanal.

Parágrafo Primeiro: O registro de ponto dos trabalhadores, deverá ser feito por relógio ou outro tipo de controle apropriado para esse fim, no início, e no final da jornada de trabalho.

Parágrafo segundo: Fica autorizada, mediante acordo coletivo de trabalho, a jornada por produção, onde o trabalhador será remunerado de acordo com sua produção mensal.

Parágrafo Terceiro: A jornada do vigia e do porteiro na construção pesada será na escala de 12x36h (doze horas de trabalho por 36 horas de descanso).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FOLGAS E COMPENSAÇÕES

Fica estabelecido que as empresas poderão compensar os dias não considerados feriados a seguir:

- a) Terça-feira de carnaval;
- b) Manhã da quarta-feira de cinzas;
- c) Corpus Christi;
- d) Véspera de Natal; e
- e) Véspera de Ano Novo.

Parágrafo Primeiro: Para efeitos do disposto no caput desta cláusula a compensação a que se refere será na mesma quantidade de horas dos referidos dias em descanso pode ser realizada antecipadamente ou posteriormente aos dias de descanso. Em ambos casos não podem ultrapassar o período de trinta dias antes ou trinta dias após.

Parágrafo segundo: Para os dias considerados feriados através das leis federais, estaduais ou municipais fica estabelecido o cumprimento do respectivo descanso no refe

Parágrafo terceiro: Quando houver a compensação do sábado no decorrer da semana e no sábado recair um dia considerado feriado as empresas poderão adotar as seg

- 1- Não compensar o sábado durante a semana.
- 2- Compensar o sábado, porém pagar as horas ou minutos compensados com adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS

Quando as empresas exigirem que seus trabalhadores utilizem uniformes por elas criados ficam obrigadas a fornecer gratuitamente, no mínimo 02(duas) unidades quando empregado, os quais devem ser substituídos, após o desgaste natural, ficando o trabalhador obrigado a devolver o uniforme que se demonstrar desgastado.

Parágrafo Primeiro: Os trabalhadores ficam proibidos de utilizar os uniformes completos ou parte quando a prestação e serviço em locais não autorizados pelas empresas quando o trabalhador estiver uniformizado no trajeto casa/trabalho/casa.

Parágrafo segundo: Ficam as empresas acordantes vedadas de efetuar qualquer desconto salarial a título de fornecimento de uniformes

Parágrafo terceiro: Na hipótese de não devolução por parte dos seus trabalhadores quando da rescisão do contrato, qualquer que seja o motivo, poderá o empregado efetuar o valor original do uniforme em TRCT.

Parágrafo quarto: As empresas deverão fornecer, mediante recibo, os seus trabalhadores todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos trabalhos, respondendo o trabalhador por sua devolução nos termos do regime interno da empresa.

Parágrafo quinto: Caso o empregado extravia ou danifique algum instrumento ou ferramenta que lhe forem entregues arcará com o ressarcimento do valor correspondente ao regime interno da empresa.

Parágrafo sexto: As empresas acordantes fornecerão aos seus trabalhadores os EPI's necessários à proteção individual, sem efetuar qualquer desconto.

Parágrafo sétimo: Ficam as empresas acordante obrigadas a instruir seus trabalhadores sobre o uso correto e as formas de guarda dos EPI's, tais instruções devem ser fornecidas mediante documento apropriados.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ATESTADO MÉDICO/ODONTOLÓGICO

As empresas aceitarão e abonarão os dias constantes nos atestados médicos apresentados pelos trabalhadores desde que estes não contenham rasuras nem emendas e tenham o carimbo onde conste o nome e o número do CRM ou CRO e suas respectivas assinaturas, o número de dias em algarismos e por extenso de forma clara e legível e sejam apresentados em original.

Parágrafo primeiro: Para efeitos de ordem preferencial serão aceitos os atestados:

- a) Dos SUS (sistema único de saúde)
- b) Da entidade sindical ou de convênios com esta firmados
- c) De médicos particulares

Parágrafo segundo: desobrigam-se as empresas receber qualquer cópia de atestado médico.

Parágrafo terceiro: A critério das empresas podem ser exigidos a homologação dos atestados em serviço de Medicina ocupacional por elas contratados, nos termos do regime interno da empresa.

Parágrafo quarto: Fica sob responsabilidade das empresas acordantes o abono dos primeiros 15 dias de afastamento dos seus trabalhadores quando estes apresentarem atestado igual ou superior aos 15 dias.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ACIDENTE DE TRABALHO

Havendo acidente de trabalho ficam as empresas responsáveis pela remoção e transporte imediatos dos trabalhadores acidentado até o serviço de saúde pública nos termos de vigência, limitada aos casos em que a remoção exija profissionais e serviços especializados, dada a gravidade do acidente.

Parágrafo primeiro: A responsabilidade pela remoção e transporte do trabalhador acidentado só se aplica aos acidentes ocorridos em horário de trabalho e nos locais se se pelas empresas.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - GUIAS DE PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As empresas encaminharão ao SITICOP-RR, cópia das guias da Contribuição Sindical e do Desconto Assistencial efetivados em folha de pagamento dos trabalhadores que autorizem.

Parágrafo Único: As empresas se comprometem a fornecer ao Sindicato cópias mensais retiradas dos sistemas oficiais do governo contendo a relação de admissões e de trabalhadores da categoria, cuja entrega será feita até o dia 15 do mês subsequente ao fato.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Conforme julgamento do Supremo Tribunal Federal, as empresas descontarão mensalmente de seus trabalhadores relacionados a importância equivalente a 1% (um por cento) dos salários básicos atualizados, cujos valores serão repassados ao SITICOP-RR até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao desconto, nos termos constantes no art. 513 (CLT) e sua aplicação em obediência ao artigo 545 (CLT).

Parágrafo primeiro: O Sindicato por ocasião do pagamento das mensalidades sindicais pelas empresas, fornecerá recibo com a devida quitação.

Parágrafo segundo: As empresas comprometem-se quando do efetivo pagamento fornecer a entidade sindical relação de todos os trabalhadores contribuintes demitidos no mês referência.

Parágrafo terceiro: O não recolhimento das mensalidades sindicais, dentro do prazo estipulado acarretará multa de 2% (dois por cento), além de correção monetária calculada sobre o montante a recolher, e será revertido em favor da entidade social.

Parágrafo quarto: Os descontos e os recolhimentos postulados no caput dessa cláusula serão devidos em razão de estarem aprovados em assembleia geral ocorrida em : portanto autorizada, conforme preceitua a julgamento do Supremo Tribunal Federal em conformidade com a Lei 13.467/17 e art. 57 e 579 (CLT).

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - MENSALIDADES SINDICAIS

As empresas descontarão dos trabalhadores mensalmente, as mensalidades devidas ao sindicato, que ficam estipuladas em 1% (um por cento) do valor do salário-base do valor será repassado a entidade até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao desconto, nos termos do art. 545 da CLT.

Parágrafo primeiro: No ato do repasse pelas empresas o sindicato, fornecerá recibo devidamente preenchido e quitado.

Parágrafo segundo: As empresas se comprometem quando do efetivo pagamento fornecer a entidade sindical uma relação contendo os nomes de todos os trabalhadores demitidos no mês referência.

Parágrafo terceiro: O não recolhimento das mensalidades sindicais, dentro do prazo estipulado será passível de multa de 2% (dois por cento), além de correção monetária calculada sobre o montante a recolher, e será revertido em favor da entidade sindical.

Parágrafo quarto: A presente contribuição somente ensejará o desconto na folha de pagamento mediante autorização por escrito emitida pelo trabalhador.

DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DIREITO DE OPOSIÇÃO

Fica estabelecido que o trabalhador terá direito a fazer oposição ao desconto da contribuição assistencial no momento da contratação ou em até 10 (dez) dias após sofrer o desconto, ficando entendido entre as partes que após transcorridos esses prazos o trabalhador está para todos os fins sindicalizado.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FILIAÇÃO SINDICAL

Fica pactuado que as empresas cederão espaço interno em seus estabelecimentos para que a entidade sindical pactuante realize com os trabalhadores reuniões e assembleias de assuntos de interesse dos trabalhadores e da categoria em geral como:

- Processos de filiação;
- Benefícios concedidos aos trabalhadores e a categoria em geral;
- Outros assuntos de interesse da categoria.

Parágrafo Único: As decisões obtidas em assembleia geral em relação às suas pautas, incluindo as filiações por manifestação com assinatura em lista coletiva específica, servem como autorização de desconto das contribuições em folha de pagamento e o seu respectivo repasse para a entidade sindical representante da categoria, ficando rejeitada a oposição dos empregados em assembleia.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - RELACIONAMENTO SINDICATO/EMPRESAS

Ao dirigente sindical será assegurado:

- a) Acesso às dependências das empresas para visita de rotina e outras, mediante comunicação à empresa;
- b) Reunião com os funcionários das empresas quando necessário nas dependências das empresas pactuantes;
- c) Audiências, quando necessárias, marcadas mediante aviso prévio, com os direitos e/ou chefias imediatas para resolver quaisquer problemas relativos à relação capita

Parágrafo Único: Assegura-se a frequência livre dos dirigentes sindicais para participarem de assembleias e reuniões convocados e aprovadas, permitindo-se a troca na e referido dia, com outro funcionário, desde que previamente a empresa seja notificada.

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA MULTA

No caso de violação de quaisquer das cláusulas desta Convenção Coletiva, por qualquer das partes, será aplicada a multa de 50% (cinquenta por cento) do piso mínimo da multiplicadas por trabalhador atingido pela violação, cujo valor se revertido em favor da parte acordante lesada.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - QUADRO DE AVISOS

Fica pactuado que as empresas cederão espaço interno visível aos seus trabalhadores, respeitadas as particularidades de cada frente de serviços, para que o SITICOP-RF avisos, notícias sindicais, editais, circulares, panfletos, boletins e comunicações de interesse da categoria, ficando vedada a divulgação de matérias de cunho político partid expressamente defeso por lei, e a utilização de expressões desrespeitadoras em relação aos trabalhadores ou à categoria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ABELA DO PISO SALARIAL DA CATEGORIA DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO PESADA

Tabela de pisos salariais para os trabalhadores na indústria da construção pesada, inclui os trabalhadores na indústria da construção de estradas, pavimentação, obras de t geral, obras de artes, montagens industriais, pontes, barragens, portos, aeroportos, canais, saneamento e engenharia consultiva, os quais integram o 3º grupo de trabalhad comércio exterior de obras e concessão, concessões de estradas, pontes, barragens, aeroportos e afins, bem como os trabalhadores nas empresas de administração e ma rodovias, com abrangência territorial em Roraima, válida a partir de 1º de setembro de 2023 a 31 de agosto de 2024.

GRUPO OPERACIONAL	
CATEGORIA	SALÁRIO MÊS
PROFISSIONAL	
Mestre de Obra	R\$ 4.714,80
Operador de Perfuratriz para poços artesanos, exclusivamente para construção pesada.	R\$ 3.396,00
Operador de Moto niveladora (PATROL) nível III, exclusivamente para construção pesada.	R\$ 3.080,00
Encarregado de Terraplanagem	
Encarregado de Usina Asfáltica	
Encarregado Multi Setorial	
Contra Mestre	
Operador de Usina de Asfalto	
Operador de Usina de Solo exclusivamente para construção Pesada	R\$2.860,00
Operador de Moto niveladora(PATROL) nível II, exclusivamente para construção pesada	R\$ 2.585,00
Operador de Moto escrapper	R\$ 2.496,00
Operador de recicladora/vibroacabadora	
Controlador de Manutenção	
Mecânico de Máquinas pesadas	
Eletricista de redes e subestações	
Operador de draga	
Operador de Grua	
Encarregando setorial de Obras	
Eletricista de máquinas pesadas	
Eletricista de força e controle (exclusivamente para construção pesada)	
Topógrafo	
Laboratorista	

Operador de moto niveladora (PATROL) Nível I	R\$ 2.453,00
Laminista, exclusivamente para construção pesada	
Motorista de Carreta Nível III	R\$ 2.420,00
Operador de escavadeira hidráulica Nível III	
Operador de Pá Mecânica Nível III	
Operador de Retroescavadeira Nível III, exclusivamente para construção pesada	
Técnico Agrícola	R\$ 2.400,00
Técnico em Edificações	
Motorista Carreta nível I	R\$ 2.288,00
Operador de escavadeira hidráulica nível I	
Operador de Perfuratriz	
Encanador Hidráulico	
Torneiro Mecânico	
Operador de Caldeira	
Blaster/cabo de fogo	
Pintor Automotivo	
Bombeiro de túnel	
Lubrificador	
Operador de Empilhadeira	
Operador de Guincho	
Marteleiro	
Mecânico Montador	R\$ 2.244,00
Armador	
Carpinteiro	
Bombeiro Hidráulico	
Eletricista Predial	
Pedreiro	
Pintor	
Sondador	
Operador de Fábrica de Bloquete	
Operador de retroescavadeira nível II	
Operador de pá mecânica nível II (exclusivamente para construção pesada)	R\$ 2.200,00
Motorista de ônibus para construção pesada	R\$2.160,00
Nivelador	
Soldador	
Mecânico de Máquinas Leves	
Motorista de caminhão nível III	
Operador de Mini carregadeira nível III	
Operador de espargidor III (exclusivamente para construção pesada)	
Motorista multifuncional	R\$ 1.980,00
Motorista Operacional	
Operador Multifuncional	
Operador de retroescavadeira nível I	
Operador de pá mecânica nível I (exclusivamente para construção pesada)	
Marroeiro	
Operador de máquina de dobrar Ferro	
Operador de Rolo compactador	
Controlador	R\$ 1.968,00

Greidista	
Operador de Trator Agrícola (pneus)	
Motorista Operacional de Manutenção	
Controlador de Usina asfáltica (exclusivamente para construção pesada)	
Meio Oficial	
Calceteiro	
Motorista de caminhão nível II	R\$ 1.903,00
Operador de espargidor nível II (exclusivamente para construção pesada)	
Operador de Mini carregadeira nível II (exclusivamente para construção pesada)	
Motorista de caminhão nível I	R\$ 1.804,00
Operador de Mini carregadeira nível I	
Cozinheiro	R\$ 1.740,00
Ferramenteiro	
Operador de serra clipper	
Operador de motosserra	
Operador de compactadora manual	
Operador de central de concreto	R\$ 1.680,00
Operador de central de britagem	
Operador de bomba de concreto	
Operador de betoneira manual	
Borracheiro	
Auxiliar de topógrafo	
Operador de Máquina de Bloquete	
Frentista de Túnel	
Auxiliar de eletricitista	
Rasteleiro	
Motorista de carro leve	
Operador de espargidor nível I	R\$ 1.650,00
Auxiliar técnico de mecânica	
Jardineiro	
Auxiliar de Cozinha	R\$ 1.632,00
Ajudante de lubrificador	
Auxiliar de laboratório	
Porteiro	
Zelador	
Guarda de segurança	
Office boy	
Vigia	
Servente	
Sinaleiro técnico de mecânica	
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 1.496,00
Auxiliar Administrativo	
Copeiro	

GRUPO ADMINISTRATIVO

CATEGORIA	SALÁRIO
-----------	---------

PROFISSIONAL	MÊS
Técnico de medição	
Técnico em segurança do trabalho	R\$ 3.360,00
Encarregado de Departamento de pessoal	
Gerente Administrativo	
Gerente de Recursos Humanos	R\$ 3.120,00
Administrador de Obra	
Chefe de escritório	
Técnico em contabilidade	R\$ 2.472,00
Comprador	
Cadista	
Copista	
Assistente de medição	
Técnico de informática	R\$ 2.340,00
Apropriador	
Almoxarife	R\$ 2.040,00
Assistente Contábil	R\$1.920,00
Assistente de recursos humanos	
Assistente Administrativo	R\$ 1.760,00
Apontador	
Auxiliar de almoxarifado	R\$1.740,00
Auxiliar de compras	
Auxiliar de custos	
Auxiliar de seção técnica	
Secretária nível básico (exclusivamente para construção pesada)	
Lavador	R\$1.595,00
Recepcionista	

}

FABIANO ANTONIO DA SILVA XAVIER
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO PESADA DO ESTADO DE RORAIMA - SITICOP-RR

LUIZ COELHO DE BRITO
PRESIDENTE
SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO DE ESTRADAS, TERRAPLENAGEM E OBRAS DO ESTADO DE RORAIMA

ANEXOS
ANEXO I - EDITAL

[Anexo.\(PDF\).](#)

ANEXO II - ATA 1

[Anexo.\(PDF\).](#)

ANEXO III - ATA 02

[Anexo.\(PDF\).](#)

ANEXO IV - LISTAS DE PRESENÇA

[Anexo.\(PDF\).](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.